

Artigo



A PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA NO URUGUAI E NO BRASIL (1930-1938)

Carlos Roberto da Rosa Rangel*

Resumo:

O artigo trata da análise comparada dos discursos sobre participação política partidário-eleitoral que foram veiculados na década de 1930, no Brasil e no Uruguai, como estratégia de resistência aos governos centralizadores de Gabriel Terra e de Getúlio Vargas. Busca-se compreender, pelo contraste de duas realidades nacionais distintas, o papel dos partidos políticos na mobilização de grupos sociais contra regimes com tendências autoritárias.

Palavras-chave: Participação política, Brasil, Uruguai.

Abstract:

This article presents a comparative analyze of the discourses about on political participation in the parties and elections. These discourses were vehiculed in the 1930s, in the Brazil and Uruguay, as strategies of resistances in relation to authority governments Getulio Vargas and Gabriel Terra. It intends to comprehend the rule of political parties in the mobilizations of the social groups against authority regimes, by opposing two different and national realities.

Keywords: Political participation, Brazil, Uruguay.

* Doutor em História Política pela UFRGS, professor do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria-RS.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 13	39–57	2007
-----------------	---------------	-------	-------	------

1. Introdução

O presente artigo abordará alguns aspectos analisados na tese de doutorado desenvolvida no programa de pós-graduação em História da UFRGS, sob a orientação da Prof^a Susana Bleil de Souza, entre os anos 2003 e 2007. A questão central da pesquisa foi identificar os principais discursos sobre participação política que se apresentaram diante da fragilização das instituições democráticas liberais no Uruguai e no Brasil, ao longo da década de 1930.

As razões pelas quais se optou pelo retorno da temática partidos políticos e discursos acerca da participação política foram a atualidade do problema acerca do pessimismo e insatisfação da população de países como o Brasil e Uruguai com as formas de participação política partidário-eleitoral, conforme demonstraram José Álvaro Moisés (USP) e Raquel Meneguello (UNICAMP) em relatório de pesquisa divulgada em 2006. Trata-se de um processo que vem se agravando na última década e que, segundo Marcelo Baquero, resulta da fragilização do papel socializador e esclarecedor das instituições de representação diante da crescente tecnologia da informação; da adoção de práticas políticas informais no lugar do engajamento junto às organizações tradicionais do universo político-institucional; do aumento do ceticismo da população em relação à capacidade dos governos enfrentarem e minimizarem as desigualdades sociais; do excessivo relevo dado às normas e às instituições que deveriam reger as “verdadeiras” democracias e, sobretudo, da “institucionalização de uma cultura política altamente individualista, sem capital social e com padrões de comportamento político que pouco ou nada contribuem para a solidificação da democracia.” (BAQUERO, 2000, p.19-20).

A razão para a escolha destes dois contextos nacionais e da problematização levou em conta as recomendações de Giovanni Sartori e Leonardo Morlino (1994, p. 13-27) quando trabalham com as questões: por que comparar? O que comparar? E como comparar? Para esses autores, as perguntas mais gerais que afetam instituições, grupos sociais e normas da macro-

política são preferíveis no método comparativo. A escolha dos conceitos centrais, em pequeno número, favorece o controle das hipóteses e a correlação dos parâmetros; a escolha de dois casos (comparação binária) é preferível quando o problema apresenta dados mais qualitativos que quantitativos (estatísticos) e se deseja destacar mais enfaticamente as diferenças e, por meio dessas diferenças, controlar as hipóteses, sem esquecer que o intervalo de tempo (periodização) deve ser tanto menor quanto mais especulativo for o problema.

2. O problema e suas hipóteses

Atendendo a questão sobre os discursos oposicionistas acerca da participação política, diante da fragilização das instituições liberais no Uruguai e no Brasil, ao longo da década de 1930, foi proposto que estes discursos foram protagonizados por duas filiações ideológicas predominantes – o liberalismo e o marxismo-leninismo – em torno de duas principais formas de participação na política: a partidário-eleitoral e a revolucionária. Em face dos limites do presente artigo, somente a primeira alternativa, sob a vertente liberal, será discutida nas páginas a seguir.

Observa-se que na escolha do problema e das hipóteses está presente a preocupação com o contraste e mesmo a oposição de correntes de pensamento e contextos políticos nacionais. Essa comparação por contraste tem o propósito de enfatizar os limites e as possibilidades das hipóteses propostas, conforme destacam Bertand e Hermet (1993, p. 33-34), sobretudo nesse terreno escorregadio que é a análise do discurso.

A escolha dos contextos nacionais do Brasil e do Uruguai requer alguns esclarecimentos. Primeiramente, deve-se dizer que a proximidade territorial foi importante, mas não essencial. Admite-se que as questões de fronteira e os interesses convergentes favoreceram a aproximação dos dois governos nacionais vizinhos; que a presença do Bureau Sul Americano (BSA) da Internacional

Comunista em Montevideu favoreceu a ação recíproca entre os movimentos comunistas do Uruguai e do Brasil e que a constante presença de exilados políticos uruguaios no Brasil e de exilados brasileiros no Uruguai tornou esses dois países em espaços políticos complementares.

Entretanto, o essencial é que nos dois países ocorreu, contemporaneamente, a instauração de governos com forte tendência centralizadora e autoritária; que nos dois países o processo histórico de distensão e retorno dos parâmetros da democracia liberal esteve comprimido no curto espaço de tempo de 10 a 15 anos, facilitando a análise do historiador; que a significativa diferença das instituições e tradições políticas dos dois países, par a par com as convergências assinaladas anteriormente, cria condições muito favoráveis ao contraste e ao teste das hipóteses.

Diferente de Max Weber, que busca em contextos históricos diferentes manifestações singulares de uma mesma variável, a pesquisa contrastou apenas dois contextos dentro daquela estratégia definida como “contraste de contextos” (SCHNEIDER e SCHMITT, 1999, p. 49-86), que consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando pôr em evidência suas diferenças recíprocas como forma de teste de hipóteses. Em síntese, como recomendou Giovanni Sartori (1994, p. 29-49), a escolha dos dois casos levou em conta que eles deveriam se aproximar em vários aspectos correlatos, mas se afastar naquele em que está inserida a nossa principal variável (formas institucionalizadas de participação política).

Atendendo-se às ressalvas de que nem todo o discurso que circula no âmbito político é político e que não se deve confundir discurso com retórica política (CHARAUDEAU, 2006), enfatizou-se a circulação de um conceito central (participação política) em um certo contexto histórico-social e dentro dos limites de ação de grupos pré-definidos como pressupostos que permitiram a convergência da opinião pública e da ação política dentro de um contorno ideológico passível de identificação e análise historiográfica.

Admitiu-se que a participação política é um conceito histórico e social, construído a partir das lutas estabelecidas em torno das delimitações da competência política e daquilo que pode ser pensado politicamente. Nesta perspectiva, pode-se colocar que o discurso político é o conjunto de enunciados que procuram fundar um ideal político, detendo-se em princípios que constroem opiniões e filiações ideológicas (a exemplo dos enunciados presentes no campo ideológico liberal que pretendem justificar e consagrar concepções delimitadas do que é *política*). De outra maneira, pode-se entender o discurso político como um conjunto de enunciados atribuídos diretamente a um grupo de atores que têm o propósito e influenciar opiniões, obter adesões, rejeições ou consensos mediante estratégias de ação política (neste artigo, destaca-se a estratégia partidário-eleitoral como forma particular de ação política).

Ressalta-se que seria um equívoco afirmar a sobreposição dos conceitos *participação política* e *discurso político*. Os discursos não circulam livremente e seus enunciados não são aleatoriamente mudados segundo a compreensão individual, mas são construídos e difundidos conforme o contexto histórico onde estão situados e segundo os pressupostos de uma ideologia predominante (BRANDÃO, 1996), de tal maneira que as definições de *sujeito eleitor* ou *sujeito militante partidário*, presentes nos discursos, limitam a autonomia dos indivíduos. Portanto, compreende-se que não se participa da política de qualquer maneira, a qualquer momento e segundo entendimentos idiossincráticos, mas conforme preceitos e regras que os discursos cristalizam nas instituições e normas jurídicas.

Conforme já destacado, o presente artigo, nos subtítulos seguintes, enfatiza os contextos históricos e as instituições políticas do Brasil e do Uruguai, no sentido de mostrar como os discursos, circunscritos pelos parâmetros da ideologia liberal, suscitaram estratégias de ação partidário-eleitorais em oposição aos governos centrais com tendências autoritárias.

3. Aproximações e afastamentos dos contextos nacionais

No período entre 1930 e 1940, o espaço platino foi cenário de articulação, preparativos e intentos político-militares de grupos dissidentes ou opositores aos governos do Brasil e do Uruguai: foi nas capitais de Montevideu e Buenos Aires que se articulou a participação de lideranças tenentistas para a revolução de 1930 (SILVA, 1966); entre 1932 e 1934, paulistas e gaúchos montaram comitês revolucionários nos países platinos para derrubar os governos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha (Rangel, 2000); posteriormente, entre 1938 e 1940, foi a vez de Flores da Cunha e seus aliados conspirarem desde o Uruguai contra o governo brasileiro (BELLINTANI, 2002).

Em 1932, saravistas e herreristas prepararam uma grande revolução contra o governo de Gabriel Terra no Uruguai, contrabandeando armas e cavalos, graças à permeabilidade da fronteira com o Brasil (IMAZ, 1990); após o golpe de Estado de Gabriel Terra, de março de 1933, o Rio Grande do Sul tornou-se o lugar dos conspiradores batllistas e nacionalistas independentes que fizeram estalar o intento revolucionário de janeiro de 1935, sob o comando do líder *blanco* Basílio Muñoz (TROCHON e VIDAL, 1993); mesmo entre 1936 e 1938, quando o Uruguai não presenciou outra revolta armada, a fronteira com o Brasil permaneceu constantemente vigiada, fosse em virtude do *perigo comunista*, fosse para avaliar os possíveis levantes armados contra as fraudes eleitorais (RANGEL, 2002).

Neste mesmo período, Uruguai e Brasil iniciaram um processo de aproximação política e econômica, a exemplo do acordo alfandegário de 1931, dos tratados bilaterais de 1933 e das visitas de Gabriel Terra ao Brasil, em 1934, e de Getúlio Vargas ao Uruguai, em 1935. Essa aproximação tinha interesses econômicos imediatos - conciliados por acordos alfandegários e medidas de repressão ao contrabando - e também expressava a convergência política quanto às práticas autoritárias e centralizadoras adotadas pelos dois governos que, mesmo ocorrendo em momentos e circunstâncias diferentes,

não comprometeu a articulação diplomática e o apoio recíproco no controle e repressão aos grupos oposicionistas e dissidentes.

Quanto aos grupos oposicionistas de esquerda, tanto no Brasil quanto no Uruguai, sofriam das mesmas limitações: baixa representatividade política e eleitoral; fortes divergências ideológicas internas; os setores mais combativos estavam subordinados a um internacionalismo comunista que não compreendia as realidades nacionais com a necessária agudeza e tinham enormes dificuldades para estabelecer alianças com forças partidárias tradicionais. Assemelhavam-se, ainda, nos conflitos pela definição da estratégia para o aperfeiçoamento das instituições frente ao Estado e qual teria de ser o nível de participação das demais classes além do proletariado na conquista do poder.

No que se refere à estratégia aliancista, inspirada na política de frentes populares difundida pela Internacional Comunista, os partidos de esquerda obtiveram resultados distintos em um e outro país: os socialistas uruguaios, sob o comando de Emílio Frugoni, obstruíram a formação da *Frente Popular*, proposta pelos comunistas, e sugeriram uma frustrada *Concertación Democrática* entre todas as forças de oposição, sem um resultado palpável; já os comunistas brasileiros conseguiram a aproximação com os setores sociais mobilizados pela Aliança Nacional Libertadora, com forte repercussão junto à opinião pública, mas fracassaram na tentativa de operacionalizá-la como suporte popular para a tomada do poder pela via revolucionária.

Nos dois países, o papel preponderante dos socialistas e comunistas, no conflito entre grupos de oposição e situação, não foi o de mobilização social e maior participação política, mas de referência negativa nas justificativas das medidas centralizadoras e autoritárias adotadas na arena política. Esses grupos oposicionistas e seus discursos de participação política revolucionária, igualmente, favoreceram a aproximação entre os governos do Brasil e Uruguai, a exemplo do que ocorreu com o rompimento diplomático do Uruguai com a URSS em solidariedade ao Brasil, atingido pela intentona comunista, e o posterior agradecimento brasileiro em uma solenidade na praia do Russel, em 4 de janeiro de 1936.

Os grupos oposicionistas uruguaios, diferente do que ocorreu com as facções partidárias brasileiras, contrárias ao governo central, não se desintegraram definitivamente em novos partidos e nem perderam totalmente sua estrutura original – mesmo quando associadas ao governo de Gabriel Terra – o que explica o retorno da vigência do sistema de partidos tradicionais no início da década de 1940. Os dois principais grupos de oposição liberal, os batllistas e nacionalistas independentes, articularam seus discursos de oposição em torno da tradição política construída ao longo das décadas de 1910 e 1920, com base na democracia representativa fortemente vinculada aos comícios e filiações partidárias. Desta forma, o sujeito politicamente engajado se realizaria pela estrutura dos partidos e esta seria estabelecida por sucessivas eleições em instâncias locais (clubes e comitês locais), regionais (comissões departamentais) e nacionais (comissão e convenção nacional).

4. Os discursos partidário-eleitorais

Os liberais brasileiros que fizeram oposição a Getúlio Vargas provinham de um regime republicano que reduzia a participação política aos acordos e conflitos entre grupos políticos de âmbito regional, cabendo à opinião pública o conhecimento, pela imprensa, das polêmicas surgidas a cada nova crise de governabilidade. Esse estancamento da mobilização de amplos setores sociais em torno dos problemas da esfera política esvaziou a democracia liberal do seu ideal de representatividade e legitimidade, preponderando as práticas sociais legitimadoras do sistema político partidário-eleitoral sem o maior controle da sociedade civil sobre o Estado.

Em contraste com o contexto brasileiro, a tradição partidário-eleitoral uruguaia estava alicerçada em dois grandes lemas (colorados e nacionais), verdadeiras bandeiras que distinguiam duas comunidades políticas em confronto desde a origem republicana (BONINO, 1995). No interior destes dois grandes

lemas movimentavam-se os sublemas, os verdadeiros partidos políticos. Essa duplicidade era sistematizada pelo “duplo voto simultâneo”, ou seja, o eleitor inicialmente escolhia o lema a que pertencia e, depois, escolhia o sublema com o qual mais se identificava.

Esse engenhoso esquema tinha algumas vantagens democráticas e também sérios limites. O amplo espectro ideológico dentro de um mesmo lema proporcionava ao eleitor optar pelo coloradismo e, a seguir, por um programa de base marxista ao escolher o grupo *Avanzar* do deputado Grauet; mas também poderia optar pelo reformismo progressista dos battlistas, ou pelo tradicionalismo dos vieristas ou pela extrema-direita dos riveristas; de igual maneira, os nacionais poderiam optar por uma identificação mais conservadora se votassem no partido de Herrera, pela autonomia antipersonalista dos nacionalistas independentes ou, ainda, por um programa mais à esquerda se escolhessem a Agrupação Democrática Social de Carlos Quijano.

Ainda que os sublemas de inclinações ideológicas muito diferentes tenham freqüentemente se unido em acordos oportunistas, essa engenhosidade balizou as características do liberalismo partidário uruguaio, as quais podem ser sistematizadas da seguinte forma: a) obtiveram a confirmação da sua inserção social pelo voto universal; b) permitiam a pluralidade de filiações ideológicas e de classes sociais no interior dos lemas; c) refletiram, na sua composição, os conflitos verticais que perpassaram a sociedade uruguaia; d) procuraram estabelecer um complexo arranjo de regras eleitorais (duplo voto simultâneo, lei de lemas, acumulação de votos, etc.) que favoreceu a permanência dos quadros tradicionais e exclusão dos divergentes; e) os vínculos estabelecidos entre o sistema de partidos tradicionais e o Estado, em nível de administração pública, favoreceram o clientelismo e o baixo nível de rotatividade no poder; f) a elite política dos partidos tradicionais podia adotar uma postura convergente enquanto representantes dos setores econômicos conservadores (federações das indústrias e a da pecuária, são dois exemplos) e divergente enquanto membros

dos partidos políticos, fazendo prevalecer nos debates temas e decisões de caráter predominantemente conservador. (CAETANO, 1987)

Deve-se acrescentar a essa estrutura partidário-eleitoral uma imprensa politizada e altamente combativa, lida por amplos setores sociais alfabetizados; mais as alterações institucionais impulsionadas por José Batlle y Ordóñez, Presidente uruguaio que, a partir de 1913, defendeu leis sociais e trabalhistas progressistas, a modernização do Estado e o aperfeiçoamento das instituições políticas, tais como: as constantes eleições com voto secreto e justiça eleitoral eficiente para todos os níveis do executivo e legislativo e a implantação do *sistema colegiado de governo* (Conselho Nacional de Administração), no qual o executivo era administrado por um conselho de ministros e pelo Presidente da República, compartilhando responsabilidades.

Diante desse quadro pluralista de alta estabilidade e previsibilidade políticas, de que maneira a preponderância do discurso partidário-eleitoral dos liberais uruguaiois foi ameaçada pelo governo de Gabriel Terra (1930-1938)? Terra teve de enfrentar a crise econômica dos primeiros anos da década de 1930 emaranhado em barganhas e compromissos políticos que o sistema colegiado impunha. Além disso, perdeu o apoio de parte do seu partido (colorado) o que fez com que criasse uma aliança com uma fração dos nacionais (herreristas) para realizar um golpe de Estado (1933) que silenciou a imprensa e a oposição composta de partidos minoritários (nacionalistas independentes, battlistas, socialistas, comunistas), dividiu o Senado entre os dois maiores partidos situacionistas, controlou a justiça eleitoral, reformou a Constituição conforme os interesses dos partidos do governo, alterou as regras partidárias e eleitorais, impedindo a união dos partidos oposicionistas, obteve o monopólio dos dois lemas (*colorado* para os terristas e *nacional* para os herreristas) e reprimiu com violência as manifestações dos oposicionistas mais radicais.

Enquanto o edifício partidário-eleitoral uruguaio desmoronava diante do governo Terra, colocando em dúvida o mito da *Suíça latino-americana*, no Brasil Getúlio Vargas era forçado a abrir o sistema político após a guerra civil

de São Paulo (1932), e uma das primeiras medidas adotadas foi a efetivação do novo Código Eleitoral (Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932) pondo fim à *ditadura revolucionária* de 1930. Desperta a atenção a referência de tal código: a Lei de Registro Eleitoral do Uruguai de 1924! Trata-se do transplante integral de quase todo o corpo da Lei uruguaia, realizado por Assis Brasil, ressaltando-se algumas cláusulas como a representação classista que os integrantes do Clube 3 de Outubro conseguiram inserir na nova Lei.

Para o observador contemporâneo basta contrastar o enorme distanciamento entre as tradições partidário-eleitorais dos dois países, bem como as diferenças de extensão e descentralização político-administrativa que existe em um e outro caso nacional, para perceber que o novo código da participação política partidário-eleitoral já nascera comprometido pelo plágio apressado. Seja pela prosaica dificuldade de manter cartórios eleitorais aparelhados em toda a extensão do território, ou seja pela dificuldade maior de compreender a distinção entre partidos ocasionais e permanentes, o sistema partidário da Primeira República (1889-1930) tinha diante de si o desafio de firmar-se perante a opinião pública como o legítimo instrumento de mediação política e social.

Cabe destacar que tal desafio estava bem além das possibilidades concretas de tais partidos fracionados pelos estados da federação e circunscritos pelos interesses regionalistas. A dificuldade era agravada à medida que a definição de participação política com base na coletividade regional perdia espaço para os discursos e atos de força que definiam os sujeitos sociais como membros de uma coletividade maior e mais importante: a nação brasileira! (REIS, 1988)

Essa tendência materializava-se na ênfase que o governo federal dava à unidade administrativa e militar do Estado, à condução de políticas públicas centralizadas, à padronização das normas jurídicas e regulamentação dos encargos e tributos atinentes aos estados e à União. Igual peso tinha a fragilidade das forças políticas estaduais, que não conseguiram chegar a um denominador comum para fazer frente ao centralismo do governo getulista, tal como ficou visível no conflito interno das oposições coligadas (minorias oposicionistas) na

Câmara dos Deputados (1935-1936), no desmoronamento do *modus vivendi* gaúcho (1936) ou, ainda, no fracasso da escolha de um substituto para Getúlio Vargas, para as eleições presidenciais que se realizariam em janeiro de 1938.

As medidas autoritárias do governo Terra não deterioraram ou inviabilizaram os partidos como protagonistas da cena política – como ocorreu no Brasil – porque as eleições regulares e a institucionalização do compromisso suprapartidário com a manutenção do sistema de partidos (em especial depois da aprovação da Lei de lemas no governo de Baldomir- 1939) conduziram para um modelo que possibilitava a “co-participação política”, conceito caro às minorias partidárias uruguaias, que pode ser traduzido na pluralidade de atores como sujeitos dos discursos partidário-eleitorais e na aceitação do conflito como elemento “administrável” do jogo político. (DE RIZ, 1986)

Já o caso brasileiro apresentava-se de maneira bem mais caótica. O conflito de 1932 pela reconstitucionalização do país e o aprofundamento da democracia de feição liberal (formalidade jurídica constitucional, a participação política como atuação parlamentar e governamental, eleições regulares com o voto secreto e supervisionado por uma justiça eleitoral independente) parecia ter frutificado no trabalho constituinte de 1933-34.

Entretanto, ainda que houvesse uma clara inclinação liberal na Carta de 1934, Getúlio Vargas havia avançado bastante em seus propósitos exclusivistas e centralizadores: concederam-lhe mais quatro anos de governo; o artigo 167 estabeleceu que as polícias militares constituiriam reservas do Exército – abrindo caminho para futuras investidas contra essas milícias regionais que rivalizavam com as Forças Armadas; os estados só poderiam contrair empréstimos no exterior mediante autorização do Senado, e o imposto de exportação passou para esfera federal; a justiça foi organizada e padronizada e os códigos de processos unificados; a uniformização das atividades governamentais relativas à saúde e à educação, bem como a exploração dos recursos hídricos e minerais tornaram-se responsabilidade federal.

É verdade que as limitações impostas pelo Legislativo ao poder Executivo não eram bem aceitas por Vargas, que considerava a economia e a administração pública assuntos técnicos alheios às veleidades políticas. (FONSECA, 1989, p. 199) Iguamente frustradas foram as suas expectativas acerca da representação classista: a reserva de apenas 50 vagas no parlamento, de um total de 300, enquanto os estados tiveram 120 deputados classistas de um total de 783. (IBGE, Anuário Estatístico, 1936) Além disso, a estratégia de estender os benefícios sociais apenas aos trabalhadores sindicalizados e de limitar a criação dos sindicatos para apenas um por categoria, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, ficou para ser implantada na Constituição de 1937.

Pode-se dizer que os trabalhos dos constituintes foram balizados por diferentes tendências, como a do *tenentismo*, das oligarquias rurais favoráveis a Vargas, da oposição paulista, etc., dando origem a um texto que “tentava, através da *média das aspirações comuns*, atender a todas as reivindicações.” (TRINDADE, 1980, p. 303) Tratava-se de uma Constituição inspirada pelo liberalismo, mas reconhecia-se a necessidade da intervenção mais direta do Estado em alguns setores. Foram os deputados que redigiram as garantias aos trabalhadores e consentiram uma representação classista limitada, mas era o poder executivo quem dava as soluções trabalhistas.

No entanto, as condições imprescindíveis para a consolidação da nova ordem constitucional eram a estabilidade das instituições e a capacidade de mediação dos partidos políticos, estes na condição de mediadores entre a sociedade civil e o Estado. Nenhuma das duas premissas tornou-se realidade. Depois de 1934, a capacidade mobilizadora dos partidos liberais esteve sob constante ameaça de outras forças dotadas de discursos mais radicais (a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira foram, efetivamente, os dois grandes pólos mobilizadores entre os anos 1934 e 1935), além de outras dificuldades no plano institucional que forçavam constantes acomodações e acordos oportunistas, dificultando a extrapolação da participação política dos gabinetes para as ruas...

Almond e Powell (1972) já destacaram o conceito de *combinação de interesses* como a função de convergir demandas em políticas gerais e lembraram que o desenvolvimento dos partidos políticos e do aparato burocrático do Estado favorece a combinação de interesses que vão desde o nível individual até grandes grupos associativos. Esse crescente desenvolvimento é dificultado em sociedades regidas fortemente pela tradição – como se percebia nas relações coronelísticas do interior do Brasil – quando a mediação é conduzida por uma pequena elite que tira da burocracia sua autonomia local e diminui a sua subordinação a um escalão superior em autoridade.

Essa tendência de fragilização das organizações especializadas na combinação de interesses também é observada quando o Estado sofre um atentado ou existem razões objetivas para que o discurso governamental aponte uma ameaça contundente contra a sua estrutura de poder, tal como aconteceu após a experiência do PCB, em novembro de 1935. Desde então, o governo de Getúlio Vargas dificultou ainda mais a mediação que os partidos políticos liberais deveriam realizar entre Estado e sociedade civil, valendo-se de constantes reedições dos decretos de *Estado de Guerra* que dificultavam a livre expressão das críticas ao governo. (RANGEL, 2000, p. 160-166)

O fim do sistema de partidos, por ocasião da implantação do Estado Novo, foi o desfecho de um processo de substituição da autoridade pelo autoritarismo (ARENDR, 2005, p.127-187), fragilizando as organizações partidárias que, diferente do que ocorrera no Uruguai, não souberam ou não puderam mediar os conflitos sociais e políticos, institucionalizando-os em ações partidárias diante do aparato estatal. A fraca adesão popular às siglas partidárias tradicionais de inspiração liberal, igualmente foi fator decisivo para o colapso da participação política partidário-eleitoral. Enquanto os liberais uruguaios conseguiram mobilizar milhares de pessoas em uma passeata em prol das liberdades democráticas, em julho de 1938, e organizar um congresso internacional das democracias da América Latina, em julho de 1939, no Brasil testemunhava-se o conchavo de lideranças estaduais com a elite militar que

articulou o golpe de 10 de novembro de 1937. Talvez Getúlio Vargas tivesse mesmo razão quando disse, em entrevista ao jornal gaúcho Diário de Notícias, em janeiro de 1938, que os partidos políticos haviam perdido a sua razão de ser, como “formas sem substância, bronzes partidos que haviam perdido a sua sonoridade”, considerando a maneira como capitularam na difusão e consagração do discurso político responsável pela afirmação do sujeito eleitor e do sujeito militante do partido.

5. Considerações finais

Não é correto afirmar que no Uruguai houve, entre 1938 e 1942, um retorno ao discurso partidário-eleitoral. Nem mesmo nos piores momentos de censura e repressão policial às organizações oposicionistas ao governo de Gabriel Terra o sistema de partidos foi extinto ou negligenciou-se a importância dos partidos políticos como a arena legítima do embate entre situacionistas e oposicionistas. A crise uruguaia é apresentada aqui como o contraponto, o elemento de contraste com a situação brasileira naquela perspectiva de análise comparada que foi apresentada na introdução deste artigo.

Neste sentido destacam-se questões como: Quais foram as táticas dos oposicionistas uruguaios? Como essas táticas foram mais eficazes que aquelas utilizadas pelos oposicionistas brasileiros? Pode-se afirmar que o intenso uso da imprensa engajada, de baixo custo, ofertada a uma população alfabetizada, concentrada na capital e ideologicamente comprometida com lemas partidários históricos foi uma das mais importantes táticas empregadas e, por isso mesmo, a imprensa oposicionista foi alvo constante do governo de Gabriel Terra.

O uso de passeatas e de comícios com grande concentração de pessoas também foi um instrumento de mobilização e manutenção do engajamento político, assim como a utilização da abstenção eleitoral como forma de protesto às legislações eleitorais que pretenderam impedir os grupos oposicionistas de unirem

seu eleitorado e utilizarem os símbolos dos dois lemas tradicionais. Todas essas táticas só foram possíveis e fizeram o autoritarismo de Terra retroceder no governo seguinte, o do General Baldomir (1938-1942), porque o discurso partidário-eleitoral manteve-se constantemente ativo na sua capacidade de definir a participação política preponderantemente dentro do sistema de partidos e do sufrágio eleitoral.

No Brasil, a imprensa tinha limitado poder de mobilização das populações disseminadas pelo extenso território, constituídas, em sua maioria, de analfabetos submetidos às arbitrariedades do poder local ou regional. O pluripartidarismo e a participação das minorias no governo (a *coparticipación política* uruguaia) não ultrapassou os limites dos discursos oposicionistas e ganhou versão autoritária pelo Estado Novo, que compactuou com setores das elites regionais. O movimento de massas em passeatas e comícios populares obteve seu auge no primeiro semestre de 1935, com a Aliança Nacional Libertadora, mas tratou-se de um movimento cujo propósito partidário-eleitoral ficou submetido à ofensiva comunista, que tentou instrumentalizar o movimento com propósitos revolucionários, provocando a divisão interna e a ilegalidade a partir de julho de 1935. A abstenção eleitoral, embora tenha sido adotada por partidos oposicionistas regionais diante da notória fraude conduzida pelos partidos situacionistas, não tinha o que lhe era essencial, ou seja, a fidelidade de eleitores que se abstendo de votar diminuía a legitimidade do resultado do pleito.

Contudo, um fator externo acabou sendo o grande responsável pelo retorno do discurso partidário-eleitoral no Brasil. Em 1942, iniciaram-se as passeatas anti-totalitárias de estudantes, que serviram de embrião à reação liberal que veio a seguir, embora o movimento ainda estivesse associado aos acontecimentos internacionais. Em julho de 1943, com o VI Congresso da UNE e a atuação da Sociedade dos Amigos da América, começou-se a questionar o regime brasileiro, culminando com o *manifesto dos mineiros* de outubro de 1943.

A derrota dos regimes do Eixo sinalizava à opinião pública que era possível e mesmo desejável a participação política partidário-eleitoral, fortalecendo a

mobilização dos políticos aliados do poder em 1937. Esse contexto favorável fez com que, a partir de 1945, após o congresso dos escritores (janeiro de 1945), Vargas passasse a adotar medidas esgotadoras do Estado Novo. Dentre elas, a extinção da lei de imprensa (fevereiro de 1945), a autorização da emenda constitucional que viabilizava as eleições parlamentares e presidenciais (28 de fevereiro de 1945), a substituição do temido chefe de polícia Coriolano Góes (Agente repressor no ano de 1944) por João Alberto, o consentimento que os comunistas criassem o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) associado ao governo e, em 18 de abril de 1945, a anistia de 148 presos políticos.

O propósito e o limite do presente artigo não autorizam a discussão detalhada dos textos produzidos pelas duas propostas oposicionistas preponderantes (partidário-eleitoral e revolucionária), cuja articulação reflete com mais complexidade os discursos oposicionistas da década de 1930. Contudo, pode-se concluir que a atual desconfiança popular acerca das instituições da democracia liberal não é fato novo ou circunscrito exclusivamente à conjuntura brasileira, mas traduz desafios de representação e legitimidade que o sistema de partidos brasileiro não pôde ou ainda não soube superar.

Bibliografia

ALMOND, G. A.; POWELL, G. B. *Política comparada*. Buenos Aires: Paidós, 1972.

ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia*

na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 19-20.

BELLINTANI, Adriana Lop. *A conspiração de Flores da Cunha nos bastidores do Estado Novo*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, PUC-RS, 2002.

BERTRAND Badie; HERMET, Guy. *Política comparada*, México: Fondo de Cultura económica, 1993.

BONINO, Luis Costa. *La crisis Del sistema político uruguayo: partidos políticos y democracia hasta 1973*. Montevideu: Fundación de Cultura Universitaria, 1995.

BRANDÃO, Helena H. Negamine. *Introdução à análise do discurso*. 5 ed., Campinas: UNICAMP, 1996.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José; PÉREZ, Romeo. “La partidocracia uruguaya”. In: *Cuadernos del CLAEH*. Montevideu, ano 12, n. 44, 1987, p. 45-52.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DERIZ, Liliana. “Política y partidos, ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay”. In: *Desarrollo económico*, v. 25, n. 100, CONICET, Argentina, 1986, p. 11-13.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas e o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IMAZ, Ricardo R. *Los Blancos – de Oribe a La Calle*. 5 ed. Montevideu: Ediciones Blancas. 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX – estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais. Constituição do Poder Legislativo da União e das unidades políticas – 1936*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos/representacao_politica.xls> Acesso em 10 de maio de 2007.

RANGEL, Carlos R. R. *Crime e castigo: conflitos políticos no RS (1928-1938)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

RANGEL, Carlos R. R. “Yo soy... tu és: memória e identidade nacional”. In: *História Oral – Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, v. 5, n. 5, 2002, p. 107-130.

REIS, Elisa P. “O Estado Nacional como ideologia. O caso Brasileiro”. In: CUNHA, Cristina M. P. da (Org.) *Identidade Nacional*, São Paulo: Vértice, 1988, p. 187-203. (Estudos Históricos, 2).

SARTORI, Giovanni. “Comparación y método comparativo”. In: Idem; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, 29-49.

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales*, Madrid: Alianza editorial, 1994, p. 13-27.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia J. “O uso do método comparativo nas ciências sociais”. In: *Cadernos de sociologia*. UFRGS, Porto Alegre, v.9, 1999, p. 49-86.

SILVA, Hélio. *1931 – Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TRINDADE, H. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. *El régimen terrista (1933-1938) – aspectos políticos, económicos y sociales*. Montevideo: EBO, 1993.